

ACTA N.º 20

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia vinte e oito de Abril de 2004.

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e quatro, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, reuniu, no Salão da Junta de Freguesia de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, Maria Graciete A. Costa de Brito, Pedro Miguel Santiago Gaspar, Sónia Isabel Sanfona Mendes, Paulo Francisco Espírito Santo, Vasco Luís Pimenta d'Aguiar, Anabela Leal Coutinho, Maria Felícia Prudêncio Gameiro, Teresa Isabel Claudino de Freitas, Maria Leonor Tendeiro Ribeiro, Ricardo Manuel Hipólito, João Abílio Mourato Rosa, Cláudia Cristina Favas Rodrigues, Vitória Maria Faria de Brito, Manuel Luís Bárbara e António da Conceição Moreira.

Foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Apreciação da informação escrita a apresentar pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Ponto 2 – Apreciação e votação de regulamento sobre actividades diversas, previstas no Dec- Lei nº 264/2002, de 18 de Dezembro – transferência para as Câmaras Municipais de competências dos Governos Cívicos.

Ponto 3 – Apreciação e votação de prestação de contas – ano 2003.

Ponto 4 Apreciação e votação “Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro, Lei das Comunicações Electrónicas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa da Assembleia deu início à sessão colocando em discussão a acta da sessão número dezoito, que após introduzidas algumas correcções foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com dez votos a favor e seis abstenções. O eleito Pedro Gaspar apresentou declaração

de voto por não ter estado presente na sessão respectiva e o eleito Vasco d'Aguiar teceu uma consideração sobre o facto de, em sua opinião, as actas não traduzirem exactamente o que se passa nas reuniões desta Assembleia.

Passou-se seguidamente à apresentação de moções e outros documentos. Foram apresentadas 7 moções, que se anexam à acta: a primeira, apresentada por Manuel Luís Bárbara traduzia uma saudação ao 1º de Maio; as segunda e terceira, apresentadas por Ricardo Hipólito, sobre os trágicos acontecimentos de 11 de Março, ocorridos em Espanha, e sobre a invasão do Iraque pelos EUA, respectivamente; a quarta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia, sobre a comemoração, em 28 de Abril, do dia da Prevenção e Segurança no Trabalho; a quinta, apresentada por Vasco d'Aguiar, também sobre o 1º de Maio; a sexta, apresentada por Leonor Tendeiro sobre as comemorações do dia do concelho, em 2 de Abril; a sétima, apresentada por Teresa Freitas, sobre as comemorações do 25 de Abril. Sónia Sanfona apresentou, ainda, um voto de congratulação sobre a obra do Complexo Desportivo e Ambiental dos Patudos, inaugurada no dia 25 de Abril. Vasco d'Aguiar, em nome da bancada da CDU, retirou a moção número cinco, por considerar que a temática já constava em moção anterior. Colocadas em discussão e votação, pela respectiva ordem, foram as moções número um e dois aprovadas por unanimidade.

A moção número 3 teve doze votos a favor, duas abstenções e dois votos contra, após intervenções de Pedro Gaspar e Ricardo Hipólito, que referiram questões de redacção das moções. Pedro Gaspar apresentou declaração de voto, por considerar que questões de pormenor não ferem o espírito da moção.

A moção número quatro foi aprovada por unanimidade.

Interveio, relativamente à moção número cinco, o eleito Ricardo Hipólito apresentando considerações e sugestões sobre a atribuição de medalhas de mérito no dia do concelho. Colocada à votação foi a moção aprovada com onze votos a favor e cinco abstenções.

No que se refere à moção número seis, sobre as comemorações do 30º aniversário do 25 de Abril, intervieram Ricardo Hipólito, considerando que deveria ter existido um plano mais alargado para estas comemorações, mobilizando a população ao longo de todo o ano, Vasco d'Aguiar para

discordar do último parágrafo da moção, novamente Ricardo Hipólito sobre a dinamização do Mercado Municipal através da Feira do Livro Barato, lembrando que a dinamização do mercado também se incluía no programa eleitoral da CDU. Sónia Sanfona teceu considerações sobre as comemorações do 25 de Abril, nomeadamente sobre a dignidade de que se devem revestir estas comemorações, dignidade essa que é afectada pela inoportunidade de críticas como as que foram proferidas pela CDU no respectivo discurso. Considerou que o local próprio para a apresentação de críticas é esta Assembleia, quando há possibilidade de resposta e não fica no ar um clima de suspeição e dúvida acerca de comportamentos e atitudes pessoais, não permitindo que se cumpra o verdadeiro espírito de Abril. A Presidente da Mesa reforçou o que foi afirmado pela eleita Sónia Sanfona, considerando que Abril não se cumpriu no exemplo de cidadania que deve ser dado aos jovens. O Presidente da Junta de Freguesia reforçou o elogio às comemorações e Ricardo Hipólito explicitou o que, em sua opinião poderiam ter sido as comemorações. Vasco d'Aguiar interveio para registar o que considera uma mudança de opinião relativamente aos discursos do 25 de Abril, assumindo a responsabilidade pelo que apresentou, e Paulo Espírito Santo reforça que a contestação da bancada do PS se refere à falta de oportunidade de um discurso de tal natureza, retirando a dignidade do momento. A Presidente da Mesa lembrou à bancada da CDU que ainda não foi indicado o respectivo representante para a recolha de depoimentos sobre o 25 de Abril. Após a discussão foi votada a moção, que foi aprovada com onze votos a favor e cinco votos contra.

Após o período dedicado à apresentação, discussão e votação de moções e outros documentos, a Presidente da Mesa interveio para apresentar o historial sobre os procedimentos relativos às declarações do Vereador Henrique Arraiolos ao jornal "O Mirante" e informando que até ao presente ainda não obteve resposta a ofício que dirigiu ao Sr. Vereador e que procederá em conformidade com a ausência de resposta. Leu, seguidamente, excertos das actas das sessões de Câmara em que foi abordado este assunto, conforme sugerido pelo Vereador Henrique Arraiolos.

Relativamente ao relatório da IGAT, informou das diligências efectuadas no sentido de obter esclarecimentos sobre a possibilidade de divulgação do

relatório deste organismo e esclarecendo que não admite a mínima dúvida sobre a sua honestidade. Vasco d'Aguiar reafirmou a sua convicção de que o relatório deveria ser divulgado junto da população, apelidando estes esclarecimentos da Presidente da Mesa de manobras de diversão. A Presidente voltou a referir o ofício remetido à Câmara Municipal pela IGAT em que se refere a existência de matéria sigilosa que impede a divulgação do relatório. Paulo Espírito Santo reforçou as afirmações da Presidente, convidando a bancada da CDU a apresentar parecer de alguém com competência para tal. A Presidente deu por encerrada esta questão, informando que, de imediato, será solicitado parecer sobre o assunto ao Sr. Provedor de Justiça.

Cláudia Rodrigues informou a Assembleia sobre a fase em que se encontra a recolha de depoimentos sobre o 25 de Abril, solicitando apoio para o moroso trabalho de transcrição de entrevistas. A Presidente lembrou à bancada da CDU, novamente, a necessidade de indicação de um representante nesta comissão de recolha.

Graciete Brito apresentou felicitações à eleita Felícia Gameiro pela publicação da obra pedagógica fruto da sua dissertação de mestrado.

Ricardo Hipólito colocou, seguidamente, algumas questões ao executivo, sobre eventual alteração do nome da Casa Museu dos Patudos e sobre os custos desta mudança, sobre vistoria a um edifício, sobre o licenciamento de publicidade circense e critérios de colocação da mesma, sobre os pedidos de autorização da Câmara Municipal a outras autarquias para divulgação de eventos e sobre notícia da SIC acerca da qual, tendo o Presidente da Câmara referido a existência de mensagens anónimas com carácter político partidário, pretende saber quais os partidos que estão envolvidos.

Prestaram esclarecimentos a Vereadora Vanda Nunes e o Presidente da Câmara. Quanto ao nome da Casa Museu dos Patudos ou Casa dos Patudos estão a ser efectuadas diligências para investigar qual a vontade do Sr. José Relvas sobre esta denominação. Sobre a publicidade, toda se encontra devidamente legalizada, quer a divulgada em Alpiarça, quer a da responsabilidade da Câmara fora do Concelho. Quanto à notícia da SIC o Presidente reafirmou que uma das pessoas que assina notícias se assume

como militante de um determinado partido político e que, quanto ao restante, respeitará sempre o segredo de justiça.

O eleito Paulo Espírito Santo deu a sua opinião sobre a designação da Casa dos Patudos, que deve estar em consonância com a vontade do Sr. José Relvas, tendo a Vereadora declarado que, qualquer alteração será apresentada aos organismos competentes.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Relativamente à informação escrita apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara não houve intervenções.

Ponto 2 – Não tendo havido intervenções foi aprovado por unanimidade.

Ponto 3 - O eleito Paulo Espírito Santo solicitou à mesa cinco minutos de intervalo para apreciação do documento em causa.

Registaram-se intervenções de Paulo Espírito Santo, referindo a declaração de voto do Vereador Henrique Arraiolos relativamente à aprovação do relatório de contas, que sendo um documento correcto do ponto de vista técnico não lhe parece passível de desaprovação ou que esta traduza dúvida relativamente á correcção das contas; de Vasco d'Aguiar, considerando que, uma vez que é feita a análise da situação financeira desde 97, os pressupostos do endividamento não lhe parecem correctos e apresentando dados relativos à dívida que lhe parecem preocupantes. Respondeu o Vereador Henrique Arraiolos, referindo que a sua declaração de voto foi no sentido de uma apreciação política ao relatório de gestão e ao de contas, atendendo à dívida global que é apresentada. Paulo Espírito Santo fez uma apreciação detalhada de alguns pontos do relatório, focando a evolução do investimento e concluindo que as dívidas de médio e longo prazo que respeitam a capacidade de endividamento do município não são preocupantes. Manuel Luís Bárbara reforçou esta posição. Interveio, seguidamente, Ricardo Hipólito referindo alguns pontos do relatório que lhe parecem revelar baixas taxas de execução, nomeadamente na manutenção da rede de saneamento, no funcionamento da ETAR e na conservação e registo do acervo do museu. Referiu, também, o aumento das despesas com funcionários e as elevadas taxas de absentismo, bem como o desajustamento nas datas de conclusão de algumas obras. Paulo

Espírito Santo analisou os custos com pessoal do ponto de vista do peso relativo desses custos nos custos totais, considerando que houve um acentuado e efectivo decréscimo. Vasco d'Aguiar apresentou discordância relativamente à comparação com anos anteriores a 98 e sugerindo a comparação com dados de outras Câmaras para despiste do que é conjuntural. Interveio, ainda, Manuel Luís Bárbara referindo que a Câmara não vai, certamente, ter de vender o seu património para pagar a dívida.

O Presidente da Câmara respondeu às questões que foram colocadas relativamente ao relatório de contas, acentuando que o significado da dívida se relaciona directamente com a capacidade de a pagar e que, sendo dada à Câmara a possibilidade de endividamento há toda a vantagem em a aproveitar para que a mesma não se esgote.

Ricardo Hipólito voltou a referir a questão das necessidades permanentes de trabalhadores estarem a ser colmatas recorrendo ao Mercado Social de Emprego, o que foi declarado pelo Presidente não corresponder à verdade. Vasco d'Aguiar referiu parecer do Sr. Provedor de Justiça sobre a situação, considerada injusta, dos trabalhadores do Mercado Social de Emprego.

Esgotada a discussão, a prestação de contas foi colocado à votação, tendo sido aprovada por maioria, com onze votos a favor e cinco contra. A bancada da CDU apresentou declaração de voto, fazendo suas as palavras do Vereador Henrique Arraiolos na sua declaração de voto sobre este assunto.

Ponto 4 – Colocado este ponto em discussão, o eleito Ricardo Hipólito questionou o facto de ser a Associação de Municípios a propor e sugerindo uma sensibilização aos operadores no sentido da obtenção de alguns privilégios pela prestação de um serviço de melhor qualidade, tendo o Presidente da Câmara justificado com a necessidade comum do aumento de receitas e da inviabilidade prática de tal sensibilização.

Vasco d'Aguiar solicitou permissão para ler uma notícia relativa à Câmara de Faro, tendo sido informado pela Presidente que, estando fora do ponto em discussão, apenas a poderia fazer chegar à mesa.

Colocado este ponto à votação foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Concluída a ordem do dia e havendo diversa assistência na sala, a Presidente da Mesa informou que estava aberto o período para intervenção do público.

Registaram-se intervenções dos munícipes Clara Feliciano Correia, agradecendo a distinção da atribuição do nome dos seus falecidos pais a uma rua, mas questionando a actuação da Câmara no que se refere à divulgação desse evento e de António Francisco Vieira sobre um terreno situado no Frade de Cima onde se situam o furo e o depósito de água.

O Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos sobre estas questões.

Seguidamente, a Presidente da Mesa colocou à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão da qual se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____